

FOME, DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÃO AO PROCESSO EDUCATIVO NA SUPERAÇÃO DA INJUSTIÇA ALIMENTAR NO BRASIL¹

Hunger, Food Distribution and Education: contribution to the educational
process in overcoming food injustice in Brazil

Sinval Martins Farina²

Carlos Roberto da Silva Machado³

Resumo

Diante da contradição entre a fome de milhões de pessoas e a grande produção de alimentos no Brasil, empenhamo-nos em compreender o trabalho de três entidades (CNBB, Ação da Cidadania e o Olma – este último desenvolvido em Pelotas/RS) que realizam a distribuição de alimentos, visando identificar o processo educativo nessas atividades. Entendemos essas ações como educativas e buscamos identificar seus limites na efetivação da justiça alimentar. No trabalho, apresentamos dados sobre a fome no Brasil e em Pelotas, o que entendemos como processo educativo e o estudo das três entidades referidas. Numa delas, na periferia de Pelotas, foi realizado um trabalho empírico de pesquisa e ação cidadã. O objetivo foi identificar os limites e possibilidades à emancipação dos envolvidos nessas atividades como tese de doutorado (2019-2023/FURG/PPGEA). A metodologia utilizada teve nos estudos estatísticos, na bibliografia das entidades e em outros documentos, em conversas dialogadas e observações participantes o apoio à reflexão sobre os limites e possibilidades de tais ações para a superação da fome. Disso, afirmamos que a produção de alimentos não supera a fome, pois tem como objetivo a produção de *commodities* para o mercado externo. Portanto, a superação de tal situação urge, além das ações cidadãs de distribuição de alimentos de que no processo educativo os limites, diferenciadas e desiguais, entre as entidades outras ações do poder público e da cidadania para além do assistencialismo.

Palavras-chave: Fome; Alimentos; Processos educativos; Injustiça alimentar.

Abstract

Faced with the contradiction between the millions of people suffering from hunger and the large production of food in Brazil, we strive to understand the work of three entities (CNBB, Ação da Cidadania and Olma – the latter developed in Pelotas/RS) that carry out food distribution to tackle hunger, seeking to identify the educational process in these activities. We understand these actions as educational and seek to determine their limits in implementing food justice. In the work we present data on hunger in Brazil and Pelotas, explain what we understand as an educational process and the study on the three entities mentioned. In one of them, on the outskirts of Pelotas, empirical research and citizen action work

¹ Este trabalho é parte de um rascunho de reflexão apresentado num evento da Unisinos em 2022, revisto, atualizado e ampliado a partir da conclusão da tese de Sinval Martins Farina.

² EEEM Monsenhor Queiroz/Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: sinvalmfarina@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-7214-069X>.

³ Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA/FURG). E-mail: carlosmachado2044furg@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-6075-1506>.

was carried out. The objective was to identify the limits and possibilities for the emancipation of those involved in these activities, in the scope of a doctoral research (2019-2023/FURG/PPGEA). The methodology used drew on statistical studies, the entities' bibliography and other documents, conversations and participant observations to reflect on the limits and possibilities for overcoming hunger through such actions. Therefore, we affirm that food production does not overcome hunger, as its objective is to produce commodities for the external market. Therefore, overcoming this situation is urgent, in addition to citizen actions of food distribution, which in the educational process have differentiated and unequal limits, between entities, other actions of public power and citizenship in addition to assistance.

Keywords: Hunger; Food; Educational processes; Food injustice.

Introdução

Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de doutorado em educação ambiental que se propôs investigar cruzamentos possíveis entre as ações de distribuição de alimentos e processos educativos, que acontecem por meio da relação entre aqueles/as que passam fome (e recebem alimentos) e aqueles/as que coletam alimentos e os distribuem. Seu objetivo foi identificar os limites (e contradições) e possibilidades destes processos educativos nas atividades/ações da/pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da/pela Ação para a Cidadania e pelo Observatório Luciano Mendes de Almeida (Olma), este último num trabalho realizado em Pelotas.

Como pesquisadores envolvidos no campo da educação ambiental, partimos da *expertise*⁴ acumulada no observatório dos conflitos do extremo sul do Brasil e de seu vínculo com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental,⁵ para cunharmos o termo injustiça alimentar para sustentar nossa reflexão crítica dos processos educativos. Contribuiu, também, de forma fundamental a ação cidadã de envolvimento de um dos pesquisadores nas atividades de distribuição de alimentos em Pelotas, numa das entidades estudadas.

Entendemos que a injustiça alimentar se dá por meio do desigual acesso de parte da população aos alimentos no Brasil, pois, de um lado, eles não são produzidos para alimentar as pessoas, apesar de aumentar a

⁴ O Observatório dos Conflitos do extremo sul do Brasil vem, desde 2011, mapeando problemas sociais e ambientais a partir da indicação pelos atores sociais afetados pelos conflitos, de jornais e outras fontes da região. Tais mapeamentos são pontos de partida para aprofundamentos de pesquisas em TCCs, mestrado e doutorado de membros do Observatório (<https://observatorioconflitosextremosul.furg.br/>) junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (<https://ppgea.furg.br/>) na Universidade Federal do Rio Grande. Acesso 13/09/2023.

⁵ Rede Brasileira de Justiça Ambiental (<https://rbja.org/>, acesso 13/09/2023).

produção e a produtividade,⁶ mas para exportação como *commodities* principalmente; e de outro, falta renda, trabalho, acesso a terra para plantar, políticas públicas, dentre outros. O “agro é POP” para o mercado alimentar (e, portanto, também o preço dos alimentos), pois controlado por megacorporações internacionais, seja da produção, dos insumos (veneno, fertilizantes etc.), pela bolsa de valores, *Think Tanks* do agronegócio etc. A distribuição e o acesso aos alimentos é fundamental para as pessoas que passam fome; mas também o preço abusivo dos mesmos não pode ser eludido do debate por parte das instituições públicas estatais, assim como das entidades que distribuem alimentos. Senão, tais atividades se restringirão a mero assistencialismo e, assim, perpetuar-se-á a fome para grandes parcelas da população brasileira. Portanto, urge a ação indutora à soberania alimentar pelo Estado, assim como de produção de alternativas autônomas a partir das ações desenvolvidas por essas entidades.⁷

No processo conflitivo que estudamos no Observatório, o conflito indica a existência de um problema que leva os injustiçados às ruas para denunciar tal situação, indicando os causadores e/ou negligentes (Santos & Machado, 2021).⁸ Nessa situação, portanto, temos um conflito manifesto. Mas nas ações de distribuição e de acesso aos alimentos por quem passa fome temos um conflito latente: a fome silenciosa dos que a sofrem. Ou seja, os que passam fome têm pressa em comer, além do que, em sua maioria esmagadora, são grupos sociais, populações, indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade, sem condições de mobilização de rua, de manifestarem-se.⁹

⁶ <https://jornal.usp.br/artigos/fome-e-producao-de-alimentos/>, acesso 05/11/2024.

⁷ Nesse sentido, ainda, podemos citar como possíveis contribuições o envolvimento da pequena agricultura familiar na produção de alimento, como em parte vem sendo feito na utilização desta produção nas redes públicas escolares, mas não somente, pois, com apoio e significativos recursos públicos, tal produção poderia se tornar contraponto aos preços absurdos dos alimentos controlados/induzidos pelo “mercado”. Por fim, o Guia Alimentar para a população Brasileira (2014), atualizado e republicado recentemente, pode ser um guia para ajudar nesse processo de superação da fome em nosso país. Fonte: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-de-produtos-origem-vegetal/biblioteca-de-normas-vinhos-e-bebidas/guia-alimentar-para-a-populacao-brasileira_2014.pdf/view>, acesso 06/11/2024.

⁸ Ver livro 4 do Observatório sobre os conflitos e a educação para a justiça ambiental Disponível em: https://observatorioconflitosextremosul.furg.br/images/Miolo_Conflitos-Ambientais-e-Urbanos-Final.pdf, acesso 23/09/2023.

⁹ Lembramos, no entanto, que, todos os anos, cidadãos solidários, entidades e pessoas envolvidas na ação de distribuição e que recebem alimentos, assim como outros solidários participam das marchas contra a fome no Grito dos Excluídos, no Sete de setembro.

E, foi disso o mote da pesquisa, em estudar o processo educativo de tais ações para a utopia da justiça alimentar.

Neste caso, o conflito não existe ainda na cena pública, está em potência, já que aqueles/as que sofrem a fome ou que vivem/sobrevivem com o objetivo de comer/ter alimento. Disso, diríamos que o sujeito da transformação da situação de fome – portanto, o emancipando (educando) – deverá ser produzido no processo de distribuição de alimentos, para sair de tal condição, ou, pelo menos, participar de ações nesse sentido. Sendo assim, identificar as potencialidades educativas desse processo e ação cidadã poderá, ou não, a depender de cada caso, superar a situação de falta de alimentos imediata e, no seu desenvolvimento, ir além, com ações de superação permanente de tal condição.

É claro, no entanto, que, para ir além, será necessário o apoio de outros atores/as com ações políticas e sociais junto daqueles que arrecadam e distribuem os alimentos. Como assistencialismo, essas ações contribuirão para a amenização imediata do problema, diga-se de passagem, fundamental, mas indiretamente, por suas limitações, contribuirão para a persistência da fome. A ação que se limita a amenizar a fome sem questioná-la, possivelmente movida por “desencargo de consciência”, por caridade, que vislumbra unicamente a ação de doar, arrecadar ou distribuir alimentos aos famintos, não a superará. Assim, estudar as ações e as atividades de entidades envolvidas em ações de combate a fome visou verificar em que medida se poderia identificar limites e possibilidades emancipatórias nessas três entidades.

Nas partes seguintes, apresentaremos argumentos para sustentar nossas afirmações a partir: 1) de dados do tamanho da fome no Brasil e em Pelotas/RS; 2) do processo educativo e da ideia de uma educação para justiça alimentar; 3) das atividades, utopias e resultados da pesquisa e estudo das/sobre as três entidades, uma delas operando há mais de 50 anos, no combate à fome; e 4) as considerações finais sobre as possibilidades e limites das ações de combate à fome, se assistencialistas ou construtoras de processos educativos à justiça alimentar.

Metodologia

Quanto à metodologia, realizamos levantamento bibliográfico e análise documental procurando analisar as três entidades (CNBB, Ação da Cidadania e o Olma). Com relação à entidade em que estou envolvido, o Observatório Luciano Mendes de Almeida, juntamente com a Rede Solidária da Paróquia do Fátima, realizamos um trabalho empírico na periferia de Pelotas. Conduzimos conversas presenciais e virtuais com pessoas representantes das três entidades,¹⁰ utilizando e-mail, WhatsApp e ligações por telefone celular. Para fazer análise desses dados, confrontamos com os achados de outras literaturas, tais como as da Rede Penssan e Cátedra Josué de Castro. Esta não foi objeto de estudo, mas destacamos sua relevância como

um espaço interdisciplinar de reflexão e produção de conhecimento sobre sistemas alimentares que integra suas dimensões econômica, social, cultural, jurídica, ambiental, política e de saúde e seu arcabouço legal, institucional e de governança. Criada em 2021 e sediada na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, a Cátedra busca ampliar o olhar sobre sistemas alimentares a partir das perspectivas do cidadão, da saúde e do meio ambiente e deseja construir sistemas alimentares e sustentáveis no Brasil por meio de quatro eixos de trabalho principais: disseminação, formação, pesquisa e incidência.¹¹

O tamanho, o sexo, a cor e a classe social da fome no Brasil e em Pelotas

O primeiro Vigisan (2020) produzido pela Rede Penssan¹² e parceiros revelou que 116,8 milhões de brasileiros (a população total naquele ano era de 211,7 milhões) estavam em condições de insegurança alimentar (IA), sendo que, “[...] 43,4 milhões não contavam com alimentos em quantidade suficiente para atender suas necessidades (IA moderada ou grave)” (Rede Penssan, 2021, p. 35). Na condição de fome (IA grave), encontravam-se 19 milhões de brasileiros. No ano de 2022, com o acréscimo da Covid-19 e suas consequências econômicas e sociais, esses números da fome subiram a níveis alarmantes, tanto a IA como a fome, abrangendo um crescente contingente da

¹⁰ Essas pessoas disponibilizaram documentos e dados sobre suas ações. Na ONG de Pelotas, além da participação durante anos em atividades, também foram realizadas conversas com outros envolvidos visando outros olhares sobre a temática e as considerações que iam sendo construídas. Na própria banca participantes das entidades estiveram presentes dando dicas para o aperfeiçoamento do relatório final.

¹¹ Ver: <<https://catedraic.fsp.usp.br/sobre/>>, acesso 07/11/2024.

¹² Site da Rede: <<https://pesquisassan.net.br/>>, e para o inquérito (<https://pesquisassan.net.br/20-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>), acesso 13/09/2023.

população brasileira e incorporando segmentos das camadas médias antes mais protegidas.

Em 2022, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer. É o que revela o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, lançado nesta quarta-feira, 8 de junho. São 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome em pouco mais de um ano. A edição recente da pesquisa mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990 (Rede Penssan, 2022).¹³

Com isso, conclui-se que “[...] ao lado do avanço deste ambiente de degradação social se juntaram os progressivos processos de desmonte de políticas públicas e a fragilização das instituições que formam a rede de proteção social...” (Rede Penssan, 2022, p. 20), nos últimos seis anos no país. Mas ressaltamos que a destituição da presidenta, em 2016, e a assunção de Michael Temer e Jair Bolsonaro fazem parte de uma estratégia de dominação via guerra híbrida (Leirner, 2020).¹⁴

Entre o final de 2021 e o início de 2022, os moradores de pouco mais de 40% dos domicílios tinham garantia de acesso pleno aos alimentos, ou seja, viviam em segurança alimentar (SA). Em 28% deles havia referência à instabilidade na alimentação dos moradores – traduzida pela preocupação quanto à possível incapacidade de obter alimentos no futuro próximo e comprometimento da qualidade da alimentação – ou experiência de IA leve. Em 1/3 dos domicílios (30,7%) já havia relatada insuficiência de alimentos que atendessem às necessidades de seus moradores, ou seja, IA moderada ou grave, dos quais 15,5% conviviam com a experiência de fome (Rede Penssan, 2022, p. 36).

¹³ Ver mais detalhes em: <<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>>, acesso 05/11/2024.

¹⁴ Não é coincidência que tal período tenha sido no pós golpe jurídico-parlamentar-midiático contra Dilma Rousseff (em 2016), a prisão de um ex-presidente responsável pelas políticas de combate à fome e a produção das condições de desmoralização da esquerda, do Partido dos Trabalhadores, dos movimentos sociais populares. Esses processos foram desenvolvidos no contexto da guerra híbrida promovida pelos EUA desde os anos 2000 e, internamente, pelos militares brasileiros e grandes empresas de diferentes setores a partir de 2014 (ver Piero Leirner, 2020, p. 23-26, notas 6 e 7, dentre outras partes detalhadas pelo autor).

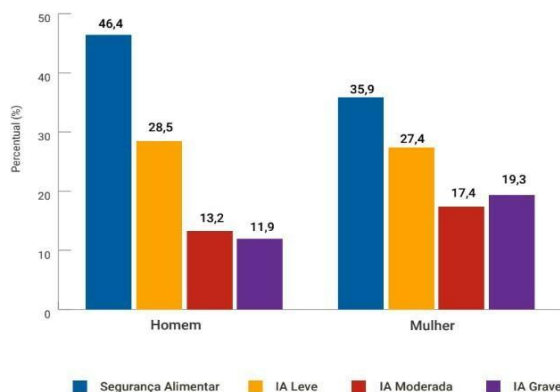
Afirmam os autores que, quanto menor a renda familiar, maior a proporção dela destinada à alimentação. Com a Covid-19 (que teve seu auge entre 2020-2022, apesar de persistir em diversas variantes), a crise econômica internacional, o conflito Rússia x Ucrânia, OTAN e EUA, o desemprego, a precarização em massa no Brasil e o fim das políticas sociais dos governos progressistas, a partir de 2016, esses grupos sociais foram deslocados para a borda inferior da sobrevivência (ibid, p.21). Junta-se a tais questões a hegemonia internacional do sistema financeiro, que transformou os alimentos em *commodities* controlando, assim, todos os circuitos produtivos, insumos, distribuição e estoques, visando potencializar sua lucratividade, seja no mercado presente ou no futuro (Machado *et al.*, 2013).

A insegurança alimentar é maior na zona rural – contraditoriamente, pois é aí que se produzem os alimentos – do que na zona urbana, nas cidades e suas periferias.¹⁵ Dizem os pesquisadores que a “agricultura familiar sofreu impacto da crise econômica, mas foi especialmente afetada pelo desmonte das políticas públicas voltadas para o pequeno produtor do campo” (Rede Penssan, 2022, p. 41). Nos domicílios de agricultores/as familiares e produtores/as rurais “[...] a prevalência de IA grave era de 21,8%, mostrando que a fome atingia os moradores de mais de 1/5 dessas habitações” (p. 41). E, ao compararem os dados com os do I VIGISAN, de 2020, concluem que houve um aumento expressivo de IA no meio rural brasileiro, mesmo em regiões mais desenvolvidas. Outro aspecto identificado pelos/as pesquisadores/as é de que são as mulheres que mais sofrem a injustiça alimentar, em comparação aos homens.

¹⁵ No entanto, também há desigualdade e vulnerabilidade no rural, pois as mulheres agricultoras têm menos ou nenhum acesso ao controle de terras, a tecnologias e animais, a financiamento etc.

Figura 1- Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, Brasil. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

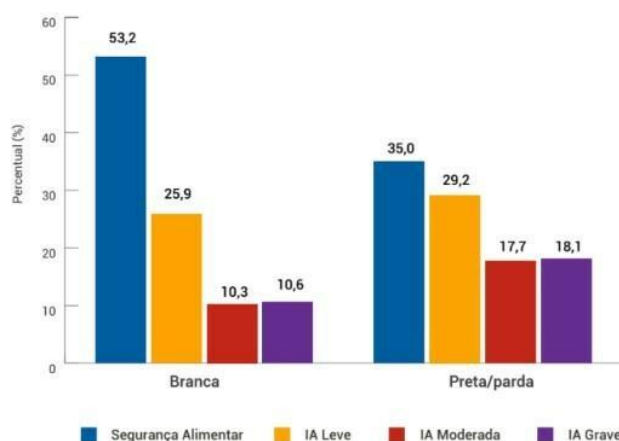


Fonte: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022, p. 50.

Ainda é possível constatar que a injustiça alimentar se expressa diferentemente entre brancos e negros/pardos,¹⁶ sendo estes últimos os mais injustiçados.¹⁷

Figura 2- Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a raça/cor da pele autorreferida, Brasil. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a raça/cor da pele autorreferida, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



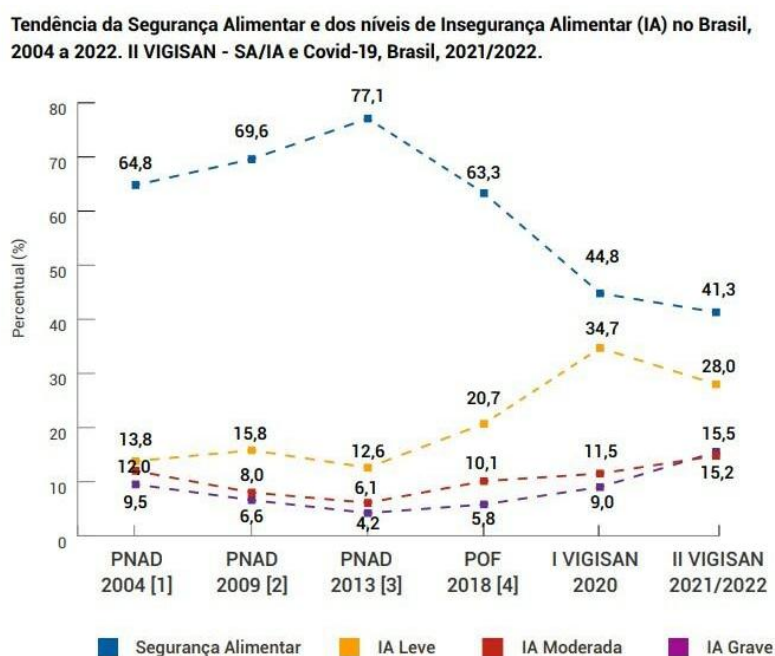
Fonte: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022, p. 51.

¹⁶ Assim como as mulheres, durante a pandemia de Covid-19, comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas tiveram problemas de acesso a alimentos e meios de subsistência, os quais se agravaram devido às manifestações racistas e de inferiorização de tais comunidades, que contribuíram para o agravamento da situação.

¹⁷ Neste caso, talvez, poderíamos relacionar às reflexões do e sobre o racismo ambiental por Alexandre Silva da Silva (doutorando do PPGA/FURG) e sua relação com a fome. (p.102-103). Disponível em: <https://revistatekopora.cure.edu.uy/index.php/reet/article/view/178/126>, acesso em: 13 de set. de 2023.

Já na figura 3, é possível visualizar que, a partir de 2003, através do incremento de políticas sociais como transferência de renda e de incentivo à produção e distribuição da agricultura familiar, os níveis de segurança alimentar aumentam. A linha superior (SA) mostra um aumento até 2013, depois caindo ininterruptamente até o ano de 2022. Já a Insegurança Alimentar (IA) leve, que se mantinha estável (linha amarela), assim como a moderada (marrom) e a grave (roxa), a partir de 2013 aumentam e continuam aumentando nos anos seguintes.

Figura 3 - Tendência da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, 2004 a 2022. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Fonte: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, 2022, p. 72.

Destacam, ainda, os pesquisadores, o “avanço expressivo em 1 ano e 4 meses da IA grave (linha roxa), que era de 9% em 2020 e, entre final de novembro de 2021 e abril de 2022, aumenta para 15,5%” (Rede Penssan, 2022, p. 73). Poderíamos complementar que as tendências expressas nas linhas (amarela, marrom e roxa) aumentam a partir de 2018 em crescente até fins de 2022, exceção IA leve (Amarela) que apresenta pequeno recuo.

Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e seu governo a partir de 2019 ampliaram-se as ações de destruição das políticas sociais, com a destituição, no nível federal, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar

(Consea), o fim das ações públicas de combate à fome e, assim, do acesso e da distribuição de alimentos aos que tinham acesso (negros, pobres, mulheres, idosos, crianças). Mas também das ações de produção de alternativas como a secretaria de economia solidária (Machado, 2017).¹⁸

Pelotas/RS: um reino de e para poucos

Pelotas é chamada de “Princesa do Sul”¹⁹; no entanto, as belezas naturais expostas no *site* e outros argumentos de tal “reino” não são para todos/as, mas sim para poucos/as, nesta cidade do extremo sul do Brasil (Vargas, 2016; Dutra, 2023).²⁰ Em reportagem do Diário Popular da cidade, destaca-se “a pobreza que Pelotas não supera” e que “a pujança intelectual e econômica contrasta com a miséria que segue atingindo milhares de cidadãos” (Dutra, 2023).

Num estudo realizado entre os meses de setembro de 2020 e abril de 2021, por meio de inquérito telefônico, no qual “[...] foram incluídos indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, portadores de linhas telefônicas móveis dos quatro códigos de área do Estado do Rio Grande do Sul (51, 53, 54 e 55) e conta no aplicativo de mensagens WhatsApp” (Motta; Silva, 2022), utilizando-se da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para a avaliação, os pesquisadores/as constataram que, 29,3% dos entrevistados estavam vivendo/sofrendo situação de IA.

Cabe salientar que, em razão da forma de seleção dos participantes, essa prevalência tende a estar subestimada em relação à situação geral do estado do Rio Grande do Sul, considerando-se que apenas indivíduos com conta ativa no WhatsApp puderam ser contatados, logo, apenas aqueles com acesso à internet, seja ela móvel ou rede Wi-fi. (Motta; Silva, 2022).

Possivelmente os dados sejam ainda piores do que os da pesquisa, se incluírem as famílias que não têm celular ou acesso à internet, questão que

¹⁸ A pesquisadora mostrou que, logo após o golpe de 2016, o governo Temer acabou com a secretaria coordenada por Paul Singer. E, esse foi o mote para estudar as potencialidades e limites das ações desenvolvidas pela secretaria e as pesquisas/estudos realizados sobre o tema.

¹⁹ Ver *site* da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), in: <https://wp.ufpel.edu.br/pelotasmun/pelotas/>, acesso em: 13 de set. de 2023.

²⁰ Jonas Moreira Vargas (2016) já tinha estudado tal situação no século XIX; e Douglas Dutra (2023), em recente reportagem no Diário Popular, também destaca a persistência de tal realidade na cidade, apesar de sua pujança econômica no passado e intelectual atual.

apenas destacamos como importante para pesquisas a serem realizadas sobre a questão. Em nossa pesquisa, apoiamos-nos na pesquisa dos autores acima referidos, para somente contextualizar o problema. No entanto, no referente ao sexo, confirma-se a pesquisa anterior, que identificou serem as mulheres mais impactadas pela injustiça alimentar, “prevalência de IA de 34,9%, valor 1,7 vezes superior ao verificado entre os homens” (ibid, n.p.). Esse dado é semelhante ao que o II VIGISAN apresenta como revelador da situação em nível nacional. No que se refere ao tema raça, cor de pele ou etnia, “[...] dos indivíduos autodeclarados pretos, pardos, amarelos ou indígenas 54,6% foram classificados em situação de IA, resultado 2,3 vezes superior ao verificado entre autodeclarados brancos (ibid, n.p.). Ainda é possível que com a pandemia da Covid-19 na cidade, as desigualdades se tenham tornado ainda maiores. E escancaram a face da IA: “[...] ela é mulher, preta/parda e tem baixo nível de escolaridade” (ibid, 2022, n.p.).

A realidade da fome para 33 milhões de brasileiros/as, de insegurança alimentar para mais de 100 milhões numa população de pouco mais de 200 milhões, num país que é um dos maiores produtores de alimentos do mundo é um escândalo! Deveria indignar a todos e todas, diz Tereza Campello (2022, p. 12). Nesse sentido, diz ainda que é paradoxal que, hoje, três recordes diferentes sejam recorrentes nas manchetes brasileiras: “fome, desmatamento e produção de grãos”. E, disso, o “aumento assustador da fome – 58,7% das pessoas enfrentam algum grau de insegurança alimentar [dados coletados em dezembro de 2021 pela Rede Penssan]”, enquanto, de outro lado, “a safra de grãos alcance 259 milhões de toneladas em 2022. Tal crescimento da produção de *commodities* como soja e milho é acompanhado pelo avanço expressivo do desmatamento na Amazônia” e a destruição de outros biomas, como, por exemplo, o Pantanal (Campello, 2022).

Portanto, torna-se um desafio para a prática da justiça socioambiental incluir a injustiça alimentar na superação da fome e da insegurança alimentar, e contribuir na organização popular dessas pessoas, com esclarecimento, ensino e alfabetização popular, para o acesso a direitos, a documentos, dentre outras ações cidadãs.

O processo educativo nas ações de superação da fome

No observatório dos conflitos do extremo sul do Brasil e leste do Uruguai, partimos dos conflitos como indicadores de problemas (demanda) que estudamos e os relacionamos com os que vão às ruas, estradas, ocupam prédios, entram em greve etc. (os demandantes) contra os demandados, sejam empresas privadas ou estatais que causam, são responsáveis ou negligentes em relação ao problema (demandas daqueles/as) (Machado, 2022).

Nesse sentido, seguimos Giuliana Leal (2013) quando afirma que na “vertente de estudos socioambientais conhecida como Ecologia Política²¹, a temática da justiça ambiental remete a conflitos por direitos territoriais e significados culturais” e, portanto, o conflito “[...] eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorrem em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território, para com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida (Zhourí *et.al.*, 2005). Neste caso, temos um conflito manifesto.

Ao contrário, a fome é um conflito latente, pois não manifesto. A fome não tem gerado manifestações públicas, saques etc., nem por parte dos atingidos e nem por parte dos cidadãos solidários.²² A exceção são as marchas anuais que se realizam há 28 anos no grito dos excluídos no dia sete de setembro²³ ou de campanhas midiáticas quando ocorrem eventos extremos. Mas o problema é vivido e sofrido por milhões de pessoas em nosso país.

Tanto o conflito manifesto quanto o conflito latente indicam uma situação de injustiça ambiental, na qual pessoas, cidadãos, grupos e coletivos estão a sofrer um problema, uma injustiça, o que pode favorecer “a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento” (Acselrad, 2010, p. 111-112). Mas, o processo educativo concreto da ação cidadã na e para a constituição subjetiva da cultura de direitos via constituição de sujeitos de direitos é complexo, pois

²¹ A ecologia política incorpora a natureza como terceiro na luta entre as classes e, no nosso caso, dos processos educativos ver: <https://www.clacso.org/boletin-11-senti-pensarnos-tierra/>, acesso 05/11/2024.

²² Apesar de ações esparsas e pouco divulgadas pela mídia capitalista. Ver <<https://lehmt.org/contribuicao-especial-31-1983-saques-contr-a-fome/>>, acesso 07/11/2024.

²³Disponível em: <https://www.gritodosexcluidos.com/>, acesso em: 23 de set. de 2023.

uma coisa é considerar a ação daqueles que se mobilizam contra as injustiças que vivem/sofrem, mas não passam fome; outra é o caso daquelas/es que vivem/sofrem de fome, que não têm o que comer.

A participação cidadã de um dos pesquisadores, que desenvolveu sua tese sobre o tema, teve papel fundamental no desenvolvimento da pesquisa. Isso porque, neste processo, após diversos seminários com o núcleo das lideranças comunitárias²⁴ e encontros com as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, percebemos sinais positivos de rompimento da cultura do silêncio e de expressão de interesses em atividades de economia solidária. Mas também identificamos a fragilidade de um trabalho em ambiente eclesial e voluntário, sem suporte profissional, e a falta de fortalecimento da relação com instituições parceiras.²⁵

E disso, a reflexão sobre os processos educativos, no desenvolvimento da tese, deu-se a partir de intersecções entre a educação popular, em particular na práxis dos que se inspiravam e se inspiram em Paulo Freire, assim como da educação para a justiça ambiental produzida por pesquisadores do Observatório dos Conflitos.²⁶ Da perspectiva freiriana, apoiamo-nos na ideia de “leitura do mundo” entre os oprimidos e, no caso daqueles que passam fome, dos oprimidos entre os oprimidos, como um desafio cidadão e educativo mais complexo.

Ninguém lê o mundo isolado. Os oprimidos, em comunhão, asseguram-se de manhas, para não se deixarem transformar em coisas. Do lugar onde estão, possuem uma leitura singular, análoga àquele que, situado na periferia, vê também o centro da cidade; moradores do centro, dificilmente, enxergam a periferia (Passos, 2010, p. 238).

²⁴ É a Rede Solidária da Paróquia Nossa Senhora de Fátima composta pelo pároco, pelo capelão da Universidade Católica de Pelotas, pela assistente social da Cáritas Pelotas, pelas lideranças de cada uma das comunidades em que há distribuição de cestas básicas e por um dos autores deste texto como voluntário. Nessa esfera são discutidos e refletidos os passos no trabalho de formação humana das famílias atendidas e temas práticos relativos à distribuição das cestas.

²⁵ Foram tais questões que motivaram, de um lado, a realização de pesquisas e estudos que deram origem a uma tese de doutorado sobre o tema da fome, para, nesta, estudar os processos educativos, visando identificar as possibilidades e limites de tais ações no Brasil. No entanto, com a pandemia, as ações junto aos atores concretos, acabaram se restringindo ao estudo dos documentos e materiais publicados, como livros, livretos e relatórios de três entidades envolvidas no combate à fome no Brasil (CNBB, Ação para a Cidadania e OLMA/Rede Solidária).

²⁶ No site do observatório estão disponíveis pesquisas, reflexões e livros sobre o tema. Ver: <<https://observatorioconflitosextreמושul.furg.br/publicacoes/33-livros-do-observatorio/45-livros-obs-acervo>>, acesso 08/11/2024.

Nossas leituras, desde a universidade ou desde a escola, mesmo que solidárias e ativas no combate à fome, nunca nos possibilitarão experienciar tal situação. Então, neste processo ativo, ao considerarmos a situação de exclusão, de opressão, de destituição de direitos mínimos (comer), a radicalidade educativa deverá ser mais ponderada e humilde. E, no processo, nas ações e nas atividades, construir uma relação mais solidária, para ouvi-los/as e, assim, conhecer suas demandas e necessidades imediatas. Talvez um caminho possível seja, como primeiro passo, saciar a fome desses seres humanos, para, em seguida, vislumbrar a possibilidade de não mais passar fome amanhã.

Para tanto, conforme Paulo Freire, a alfabetização política parece-nos ser necessária na apreensão da realidade em suas contradições, conflitos e identificação de interesses, nas ações de superação das raízes das condições da falta de alimentos aos que passam fome ou vivem na insegurança alimentar. Mas, para tanto, a perspectiva da liderança comunitária ou do pesquisador, deverá partir da realidade, do vivido, do rompimento da “cultura do silêncio” pelas próprias pessoas que sofrem e vivem a fome. E, nesse processo educativo, o conteúdo (a distribuição de alimentos), os educadores (as lideranças e pessoas que distribuem os alimentos) junto aos educandos (os que recebem os alimentos), orientarem-se pela utopia da justiça alimentar, de forma mais imediata, saciar a fome e, no processo educativo, induzi-los/as a se tornarem sujeitos de sua própria sustentação e superação de tais condições de injustiça.

Ainda no processo, será necessária a criação de meios e condições de saída da situação de injustiça e conquista de sua própria sustentação, exigindo políticas e ações que extrapolam esses processos educativos. Os alimentos são fundamentais, mas parte e não o todo de um processo de superação dessa condição a que estão submetidas as pessoas que sofrem a injustiça alimentar.

As ações de combate à fome: CNBB, Ação da Cidadania e Olma/Rede Solidária

Nesta parte, destacamos alguns aspectos do estudo realizado sobre essas entidades e suas ações/atividades de combate à fome. A pesquisa feita

partiu de alguns eixos/perguntas e, na tese, apresentam-se detalhes, à qual remetemos os leitores interessados (AUTOR, 2023).²⁷

CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi fundada em 14/10/1952 e é reconhecida pelo Vaticano. Dom Hélder Câmara foi pioneiro na criação da campanha da fraternidade, todo ano pautando algum tema social para discussão e ações concretas, tanto dentro da Igreja como fora dela. Ela é uma entidade religiosa, católica, e dentre suas ações está o combate à fome. Dos documentos que estudamos, destacam-se como motivos:

[...] as graves crises políticas, a injustiça e a falta duma distribuição equitativa dos recursos naturais [...]. A respeito de tais crises que fazem morrer à fome milhões de crianças, já reduzidas a esqueletos humanos por causa da pobreza e da fome, reina um inaceitável silêncio internacional”. Perante tal panorama, embora nos fascinem os inúmeros avanços, não descortinamos um rumo verdadeiramente humano (Francisco, 2020).

Em decorrência disso, a CNBB combate a fome através de recursos advindos de um “Fundo Nacional de Solidariedade” (CNBB, 2022), o qual financia projetos (em 2023, 51 projetos, dos quais 18 são destinados ao auxílio para situações de insegurança alimentar e vulnerabilidade social), além de ações diretas das igrejas na arrecadação e doação de alimentos junto aos participantes de suas atividades, como missas etc. A Campanha da Fraternidade de 2023 colocou no centro o tema “Fraternidade e Fome”.

As questões/eixos foram: Qual sua perspectiva de educação com os vulneráveis? Ou como em seu processo de ação contra a fome se pode identificar a educação, qual seu processo educativo?

Para a CNBB, diríamos que foi no XXI Encontro Nacional da Pastoral da Educação (ENAP), ocorrido em Goiânia/GO em agosto de 2022. Motivada pela Campanha da Fraternidade do mesmo ano, cujo tema foi Fraternidade e Educação, o encontro publicou uma carta denunciando que

a falta de um projeto de Estado para a educação e o contínuo processo de enfraquecimento das escolas e universidades têm levado ao fechamento de unidades educacionais em todo o país, impedindo que milhares de crianças e jovens se formem e busquem um futuro

²⁷ Esta referência só será publicada na íntegra após avaliação do artigo.

promissor. Esta triste situação, piorada pelas condições precárias a que a pandemia submeteu os educadores e as instituições públicas e privadas, penaliza sobretudo os mais pobres e vulneráveis, aumentando as desigualdades sociais (Carta Goiânia, 2022, p. 1).

Mais adiante, no mesmo documento, afirma-se que “uma vez que ‘tudo está interligado’ (Francisco, 2020, n. 91), estamos convictos de que as desigualdades educacionais produzem desigualdades sociais e vice-versa”.

Por fim, qual seria a utopia de sociedade, da CNBB, a partir do combate à fome?

É urgente pensarmos em qual civilização desejamos construir. É urgente investir as nossas melhores forças na educação que forma o ser humano integralmente, para além do mercado e da cultura da competição, e que o prepare para o exercício de sua liberdade e da democracia. Pela transformação de cada pessoa, que se dá por meio de uma educação integral, é que poderemos transformar o mundo (Carta Goiânia, 2022, p. 1).

No texto base da Campanha da Fraternidade de 2023, a CNBB afirma algo que Freire (2021, p. 204) já proclamava no livro *Ação cultural para a liberdade*, há cerca de 50 anos, ou seja, que existe um ramo da Igreja que é profético, que denuncia as estruturas desiguais e injustas da sociedade brasileira e latino-americana. E é nessa linha que a CNBB se coloca ao afirmar que a fome ofende a Deus, que deve defender os interesses do pobre e do faminto, e que “[...] a solução é políticas públicas eficazes. Não basta a solidariedade” (CNBB, Carta Goiânia, 2022, p. 59). Esta afirmação caminha no mesmo rumo das outras instituições pesquisadas, assim como das perspectivas dos pesquisadores do tema, tais como a Rede Penssan e a Cátedra Josué de Castro.

A Ação da Cidadania

Foi o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que fundou a Ação da Cidadania em 1993, no contexto do movimento pela ética na política. A entidade se constitui numa rede de mobilização de alcance nacional. A motivação se deu a partir de uma carta, que denunciava a fome e a miséria de milhões de brasileiros como um dos principais problemas do país.²⁸ Desde

²⁸ “O coração do trabalho da Ação da Cidadania é o combate à fome e à miséria”. Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br/areas-de-atuacao>, acesso em: 29 de jan. de 2023.

então, a cada ano, a ONG se dedica a tais ações, mesmo depois da morte de Betinho, a partir da criação de uma Fundação.

Desde sua fundação, a ONG luta para que o Estado assuma o papel de combate à fome, já que a sua visão sempre foi de que o que resolve a questão da fome é uma ação firme do Estado através de políticas públicas para a segurança alimentar. Tanto é assim, que, a partir de sua luta, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea).²⁹

No que se refere à perspectiva de educação com os vulneráveis, ou sobre o seu processo de ação contra a fome, diríamos que a mesma se expressa através de sua extensa rede de comitês comunitários, no apoio às lideranças, oferecendo formações e conteúdos sobre cidadania e questões sociais importantes para suas comunidades, como violência contra jovens negros, violência contra a mulher, a falta de democracia, entre outros.

Na Agenda Betinho, o tema educativo é perceptível pelo menos de duas formas: uma é quando faz propostas políticas para candidatos a vereador/vereadora e prefeitos/prefeitas em 2020 e candidaturas também nas eleições de 2022; e outra é ao propor uma reflexão na sociedade, e inclusive nas escolas, sobre a qualidade dos alimentos. No que é relacionado à sua utopia, identificamos que

As soluções para esse cenário têm sido construídas – e devem continuar sendo – com respeito à valorização da soberania^[30] e da sabedoria dos povos tradicionais, em diálogo com as ciências e a tecnologia para a garantia da SAN e da proteção da biodiversidade, considerando as técnicas e as tecnologias de preservação das florestas, dos rios e dos mares (Ação da Cidadania, 2022, p. 69).

Percebemos que, no diálogo entre aqueles que fornecem e aqueles que recebem os alimentos, a entidade também desenvolve processos educativos

²⁹ O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea é um órgão colegiado brasileiro de assessoramento imediato à Presidência da República, vinculado à Secretaria-Geral da Presidência. Foi criado em 22 de abril de 1993, pelo Decreto 807/93 Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/participacao/noticias-do-ipea/286-conselho-ligado-ao-governo-escolhe-lula-como-presidente-de-honra-3#:~:text=O%20Consea%20\(Conselho%20Nacional%20de,governo%20Lula%2C%20ele%20foi%20reativado](https://www.ipea.gov.br/participacao/noticias-do-ipea/286-conselho-ligado-ao-governo-escolhe-lula-como-presidente-de-honra-3#:~:text=O%20Consea%20(Conselho%20Nacional%20de,governo%20Lula%2C%20ele%20foi%20reativado)>. Acesso em: 21 de set. de 2023.

³⁰ Destacamos a questão da diferença entre soberania alimentar de segurança alimentar, pois, se a primeira busca fortalecer as organizações do campo e da cidade na produção de alimentos, a segurança alimentar é proposta pelos organismos multilaterais e visa apenas fornecer alimentos (Hoyos; D'agostini, 2017). Adendamos a isso que a soberania alimentar está vinculada aos movimentos sociais populares e a segurança alimentar ao agronegócio fornecedor de alimentos ao mercado, além de não ter preocupação com alimentos saudáveis ou à produção agroecológica.

emancipatórios, não se confundindo com ações meramente assistencialistas, uma vez que traz à tona, nesse diálogo, o tema da consciência sobre as estruturas opressoras, desiguais, injustas em que todos estão inseridos. Ao mesmo tempo, indica que essa situação não está determinada, pois, apesar de sua capacidade condicionadora, há possibilidades de saída, de superação de tais estruturas.

Deste feijão nasça a consciência, para que chegue o dia em que ninguém mais vai precisar receber doações, porque vai poder ganhar seu sustento com as próprias mãos. Queremos comida, mas também queremos mudanças. Cada um de vocês tem esse poder nas mãos, o poder de mudar esse país (Ação da Cidadania, 2020, p. 20).

As palavras de Betinho e daqueles que dão continuidade à sua obra também são inspiração e motivação para o trabalho prático que desenvolvemos em Pelotas.

Olma /Rede Solidária

Embora não tenha uma relação direta no combate à fome, o Observatório Luciano Mendes de Almeida (Olma) está profundamente engajado em lutas ambientais e sociais. A instituição é jovem, tem sete anos, mas outras instituições e trabalhos sociais dos jesuítas pelo Brasil afora não são novos. O Observatório nasce ao mesmo tempo que as duas províncias jesuítas existentes no Brasil se unem numa só, contribuindo na integração de todas as obras sociais numa mesma dinâmica, embora haja trabalhos diferentes, desde a atuação junto a imigrantes até povos indígenas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, projetos de economia solidária. Dentre os motivos que identificamos, do porquê de seu envolvimento no combate à fome, estaria a percepção geral desse contexto histórico e a leitura crítica do momento atual de ser compromissado com os segmentos e grupos pobres, descartados da sociedade e vulneráveis em sua dignidade e na defesa da vida em todos os sentidos como “Missão de Reconciliação e Promoção da Justiça Socioambiental” (Olma, 2021, p. 5).

As questões: O que ela faz no combate à fome? Na medida em que o Olma busca oferecer/propiciar “aos Centros Sociais, Obras Sociais e Núcleos interessados oficinas de sensibilização e reflexão sobre o trabalho de educação

popular com as populações e movimentos sociais que são focos de seus trabalhos e atendimentos” (Olma, 2023, p. 1) e nosso foco na Paróquia do Fátima em Pelotas é de trabalhar com grupos sociais expostos à fome e que o Observatório (Olma) colabora nessa ação solidária.

Qual sua perspectiva de educação com os vulneráveis? Ou como em seu processo de ação contra a fome se pode identificar a educação, qual seu processo educativo? “Aplicação da educação popular enquanto metodologia transversal predominante de nosso modo de proceder em rede, valorizando saberes e práticas que surgem por meio de diferentes culturas, povos e realidade” (Olma, 2021, p. 33).

Faz-se urgente um trabalho de empoderamento dos sujeitos no âmbito da incidência em todos os níveis, mediante uma educação popular consistente e inovadora junto às populações que sobrevivem à margem da sociedade, os afrodescendentes, os povos indígenas (originários), as mulheres em situação de subalternizadas, os migrantes e refugiados, entre outros (OLMA, 2021, p. 10).

Qual a utopia de sociedade, a partir do combate à fome?

Entende-se por Promoção da Justiça Socioambiental (PJSA) todas as ações que têm como objetivo colaborar para a superação das injustiças presentes em nossa herança histórica e reproduzidas pelo atual modelo de desenvolvimento extrativista e financeiro, gerador de desigualdades sociais e de agressões ambientais inomináveis. A rigor, dentro da perspectiva da concepção de Ecologia Integral apoiada na Teologia da Reconciliação, que nos foi apresentada pelo Papa Francisco, existe uma sinalização implícita do conceito de (in)justiça envolvendo o nosso convívio na Casa Comum, em todas as esferas de relações, com o convite para um processo urgente e necessário de reconciliação e construção de relações justas. Trata-se basicamente de todas as relações que o ser humano empreende: as relações com Deus; as interpessoais, de geração, de gênero, étnico-raciais, religiosas, culturais, sociais, políticas, econômicas e, também, com os dons da natureza (Olma, 2021, p. 7).

Considerações finais

O contexto de exclusão e de insegurança alimentar e nutricional grave não pode ser desconsiderado por qualquer cidadão que tem condições de se alimentar. Mas as ações cidadãs contra tal situação exigem que pensemos sobre elas próprias, sobre políticas e a legislação existente e seus limites para ir além do saciar a fome, ação imprescindível, mas limitada, se restrita ao assistencialismo. Essas questões orientaram a produção deste artigo.

As políticas, as legislações e as ações governamentais positivas, no período de 2003 a 2014, por parte do governo federal e com apoio de alguns governos estaduais e municipais, mostraram o caminho a ser seguido e que deve ser potencializado a partir de 2023. Mas, apesar de terem reduzido a situação dos que passavam fome ou viviam na insegurança alimentar e nutricional no Brasil, o retorno a tal situação em poucos anos de governo (2016-2022) de cunho reacionário e neoliberal fez regredir os avanços anteriores, com a destruição de políticas, órgãos de acompanhamento, conselhos etc. no combate à fome. Além disso, as ações estatais iniciais, de economia popular solidária, empreendimentos e cooperativas populares, dos grupos de autogestão etc., as quais tinham suporte na secretaria de economia solidária, coordenada pelo professor Paul Singer,³¹ a partir do golpe na presidenta Dilma Rousseff, em 2016, que eram exemplos de uma ação estatal (Machado, 2017), foram desmobilizadas, eliminadas nos governos de Michael Temer e Jair Bolsonaro; e, no atual governo, ainda não foram retomadas. Todavia, é preciso ressaltar que nesse trabalho a pesquisadora identificou limites e possibilidades também na relação de indução das ações de solidariedade, assim como, a falta de recursos para potencializar os empreendimentos solidários.

Já em nossa pesquisa, focamos o processo relacional entre mediadores, lideranças e cidadãos que recebem cestas básicas, identificando os limites e possibilidades do ponto de vista educativo, em ações de combate à fome e à exclusão. Com os dados estatísticos que apresentamos sobre a fome e a insegurança alimentar e nutricional, esperamos ter demonstrado que a superação desta é um tema complexo, já destacado por Josué de Castro (médico, pesquisador e político brasileiro de expressão mundial) ainda nos anos 40 do século XX.

A ação cidadã, junto a famílias que recebem cestas básicas, que visa a promover a geração de renda no sentido de superar o assistencialismo, também é complexa e deveria estar articulada a ações e políticas públicas para avançar; precisamos de pessoas mais experientes para conduzir a parte

³¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/04/12/senado-premiara-iniciativas-de-economia-solidaria-com-o-diploma-paul-singer>, acesso em: 23 de out. de 2022.

prática da geração de renda e meios concretos de efetivação de saída da exclusão e da fome. Tivemos o horizonte da escuta junto às famílias beneficiadas com as cestas básicas; mas, em contexto desfavorável da necessidade imediata do alimento de cada dia, não foi possível que o trabalho desse fruto.

No conflito latente – fome – vivenciado durante os últimos cinco anos por um dos autores na ação cidadã de distribuição de cestas básicas e de trabalhos de formação humana, destacou-se o silêncio. Será que a falta da palavra não teria origem numa estratégia (direta ou indireta!) de produção da apatia, da humilhação, do forçar a subordinação e a conformação daquele que passa fome, diante de muro tão alto e inexpugnável de sua situação de exclusão e de injustiça? Mas, apesar disso, esta pesquisa buscou mostrar, também, que as entidades estudadas, o pesquisador e seu orientador estão juntos na destruição deste muro junto com os que passam fome e vivem na insegurança alimentar, para que falem, revoltem-se e superem tal situação, neste país que é um dos maiores produtores de alimentos do mundo.

Por fim, como resumo final, diria que, ainda que seja válido o esforço de distribuição de alimentos para quem tem fome, para a construção da justiça alimentar é necessário ir além, de maneira a se propor/elaborar/edificar processos educativos emancipatórios entre os que fornecem e os que os recebem. Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa foi investigar os limites e as possibilidades de processos educativos nas ações de combate à fome de três entidades brasileiras: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ação da Cidadania e Observatório Luciano Mendes de Almeida (OLMA). Do levantamento bibliográfico e da análise documental, da sondagem e confirmação com responsáveis das entidades, e pela prática do pesquisador em seu vivido junto às atividades de coleta e distribuição de alimentos, diríamos que:

- Em relação ao Observatório Luciano Mendes de Almeida, juntamente com a Rede Solidária da Paróquia do Fátima em Pelotas/RS, foi feito também, um trabalho empírico realizado na periferia de Pelotas. Disso, percebemos como vitoriosa a problematização feita pela Rede entre o que é assistência e o que é assistencialismo, dentro dos vários eventos realizados, tanto com parte

das famílias beneficiadas, quanto com setores mais amplos da igreja na cidade. Porém, não conseguimos dar continuidade ao trabalho no momento que se propunha criar um grupo de geração de renda;

- Em relação à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, constatamos que o processo educativo, que a entidade se propôs a estabelecer com a Igreja e a sociedade mais ampla, atingiu sua meta devido ao alcance nacional da instituição. Como limite, percebemos que, embora no texto base haja uma perspectiva bastante crítica com relação às estruturas sociais que levam à existência da fome, não há uma proposição clara para processos educativos de cunho emancipatório entre as pessoas que fornecem e as pessoas que recebem os alimentos, dentro das mais variadas ações de distribuição de alimentos da Igreja;

- Em relação à Ação da Cidadania, também há uma leitura bastante crítica e fundamentada no que se refere às causas estruturais da fome, denunciando as políticas públicas extintas nos últimos governos. Além disso, nossa pesquisa revelou que a entidade possui uma rede de mobilização através de comitês locais que fortalecem os Consea's municipais e estaduais de várias localidades do país, assim como lutam por necessidades básicas nas comunidades onde estão inseridos. Como limite, percebemos algo que é extensivo a todos os trabalhos de combate à fome, que é a insuficiência do alcance das ações diante do tamanho da fome no país.

Por fim, como conclusão geral, afirmariamos que, a insegurança alimentar (IA) e a fome são um conflito em potencial, já que, como afirmamos anteriormente, com exceção das marchas dos excluídos no Sete de Setembro, ainda não vemos na cena públicas manifestações massivas dos que passam fome ou vivem na insegurança alimentar. Talvez, somente a distribuição de alimentos pode indicar uma possível contribuição ao silêncio, restringindo-se apenas ao assistencialismo. Mas, como mostramos, há indícios de ações, de forma diversa e/ou mais fortes numa entidade do que outras, em não se restringir apenas a distribuir alimentos. Neste caso, a discussão de tais ações e de suas causas; a construção de processos alternativos, no processo de distribuição de alimentos, na superação de tal situação como empreendimentos de economia solidária, ou outras podem contribuir nesse

sentido. Mas, para a construção da justiça alimentar, que é uma manifestação da justiça socioambiental, é preciso ir além. Ou seja, indignar-se, problematizar de forma interdisciplinar as estruturas sociais, políticas e econômicas que causam a fome e buscar construir saídas de caráter emancipatório, preservando a vida e a biodiversidade em todas as suas dimensões. Isso somente poderá ser efetivado se as ações cidadãs tiverem apoio material, financeiro e humano por parte de políticas e ações estatais em seus três níveis de governo.

Referências

AÇÃO DA CIDADANIA. **Agenda Betinho**. 2020. Disponível em: <https://uploads.strikinglycdn.com/files/44a038f4-8c4e-4462-92d8336d72dad6f3/AgendaBetinho2020.pdf> Acesso em: 15 de set. de 2023.

AÇÃO DA CIDADANIA. **Agenda Betinho**. 2022. Disponível em: https://www.acaodacidadania.org.br/agenda-betinho?utm_source=GooglePerformMax&gclid=CjwKCAjwgZCoBhBnEiwAz35RwpAmp7utKO8646cYO4p0R_IOPOsqMom38ZgO2xpJl3PygGSJ6C6EpRoC N3UQAvD_BwE. Acesso em: 15 de set. de 2023.

ACSELRAD, Henry. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>

CAMPELLO, Tereza. Apresentação. In: CAMPELLO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (orgs.). **Da fome à fome**: diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Elefante, 2022, p 11-23.

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Campanha da Fraternidade 2022**: Texto-Base. Brasília: Edições CNBB, 2021.

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **EDITAL CNBB – FNS – 2022**. SG - Nº. 0094/2022. Brasília, 25 abr. 2022a. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/04/1a-Versao-Edital-FNS-CEF-no-0094.2022.pdf> Acesso em: 05 de jul. de 2023.

CARTA DE GOIÂNIA. **XXI Encontro Nacional da Pastoral da Educação**. Cremos na Educação! 21 ago. 2022. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Carta-do-XXI-Encontro-Nacional-de-Educacao.pdf>, Acesso em: 6 dez. 2022.

DUTRA, Douglas. A pobreza que Pelotas não supera. **Diário Popular**, Caderno Cidades, 21, 22 e 23 de abril, 2023. Disponível em: <https://diariopopular.com.br/geral/a-pobreza-que-pelotas-nao-supera-499981>> acesso em: 20 de set. de 2023.

Fome, distribuição de alimentos e educação: contribuição ao processo educativo na superação da injustiça alimentar no Brasil | Farina & Machado

AUTOR. **(In)justiça alimentar como uma manifestação da (in)justiça ambiental:** o processo educativo em ações de combate à fome. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande/Programa de Pós-Graduação em educação Ambiental. <ver repositório.furg.br>.

FRANCISCO. **Fratelli tutti.** Carta encíclica, [S. l.], out. 2020. Disponível: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html, Acesso 6 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 16^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.

HOYOS, Claudia J. C.; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA**, v. 20, n. 35, p. 174-198, 2017.

LEAL, Giuliana Franco. Justiça ambiental, conflitos latentes e externalizados: estudo de caso de pescadores artesanais do norte fluminense. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 4, p. 83-99, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2013000400006>

LEIRNER, Piero. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida.** São Paulo: Alameda, 2020.

MACHADO, Carlos R.S. Os conflitos, a educação para a justiça ambiental e sua pedagogia. Reflexões e práticas desde o observatório dos Conflitos. **Boletim Sentipensarnos tierra**, n. 11, ago. 2022, Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-11-senti-pensarnos-tierra/>, acesso em: 27 de out. de 2022.

MACHADO, Carlos R.S.; MACHADO, Tainara Fernandes. Os conflitos no centro dos processos educativos: por uma teoria da ação dos oprimid@s no ensino e na produção solidária. In: SANTOS, Caio F.dos; MACHADO, Carlos R.S. (orgs.) **Conflitos ambientais e urbanos:** por uma educação para a justiça ambiental. Florianópolis: Observatório dos conflitos urbanos e socioambientais do extremo sul do Brasil / Tribo Ilha, 2021, p. 66-110.

MACHADO, Carlos R.S.; SILVA, Alexandre; AMARAL, Mauren. **Direitos humanos para todos os humanos e a natureza:** contra o racismo e a injustiça ambiental e climáticas, Trabalho apresentado em conferência no evento **Direito para o século XXI**, novembro de 2023, Universidade Marta Abreu de Las Villas/CUBA.

MACHADO, Carlos R.S.; SILVA, Maria de Fátima S. da; PASCOAL, Vania; JOHANNSEN, Fernanda M. Agricultura urbana, periurbana e extensão universitária: limites e possibilidades no combate à fome e à miséria. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, v. 1, p. 327-338, 2013. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/agricultura-periurbana-e-extensao-universitaria-limites-e-possibilidades-no-combate-fome-e-miseria-uma-analise-partir-da-experiencia-da-universidade-federal-de-rio-grande-furg-nos-municipios/>>, acesso em: 21 de set. de 2023.

Fome, distribuição de alimentos e educação: contribuição ao processo educativo na superação da injustiça alimentar no Brasil | Farina & Machado

MACHADO, Tainara F. **Educação/formação em economia solidária**: análise de teses e dissertações produzidas entre 2006 e 2014. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/170315>>, acesso em: 23 de out. de 2022.

MOTTA, Janaina V. S.; SILVA, Eloisa P. Insegurança alimentar no contexto da Covid-19: dados de um inquérito telefônico no Sul do Brasil. **Anais do V Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**. Salvador. UFBA, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/venpssan2022/489857-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-covid-19--dados-de-um-inquerito-telefonico-no-sul-do-brasil/> Acesso em: 03 jul. 2023

OLMA - Observatório Luciano Mendes de Almeida. Educação Popular, Política e Cidadã. OLMA (site institucional), 2023, Disponível em: <<https://olma.org.br/areas/educacao-popular-politica-e-cidada/>>, acesso em 17 de jul. de 2023

OLMA - Observatório Luciano Mendes de Almeida. **Marco de orientação da promoção da justiça socioambiental**. Província do Brasil/Cia de Jesus, 2021. Disponível em: <<https://olma.org.br/wp-content/uploads/2022/06/MarcoPJSA-2021-marco-de-promo%C3%A7%C3%A3o-justi%C3%A7a-socioambiental-miolo-pB-v2.pdf>>, acesso em 17 de jul. de 2023

PASSOS, Luiz Augusto. Leitura do Mundo (verbete). In: STRECK, Danilo *et al.* (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 238-240.

REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil** - I VIGISAN. São Paulo, 2021.

REDE PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil** - II VIGISAN. Relatório Final. São Paulo, 2022.

SANTOS, Caio Floriano dos; MACHADO, Carlos R.S. (orgs.). **Conflitos ambientais e urbanos**: por uma educação para a justiça ambiental. Florianópolis: Observatório dos conflitos urbanos e socioambientais do extremo sul do Brasil / Tribo Ilha, 2021. Disponível em: https://observatorioconflitosextemosul.furg.br/images/Miolo_Conflitos-Ambientais-e-Urbanos-Final.pdf Acesso em 16 jan. 2025.

VARGAS, Jonas M. Entre ricos e pobres. desigualdade econômica, diversidade ocupacional e estratificação social no Brasil oitocentista: uma análise da cidade de Pelotas-RS (1850-1890). **Tempos Históricos**, v. 20, n. 1, p. 131-153, 2016. <https://doi.org/10.36449/rth.v20i1.13809>

Fome, distribuição de alimentos e educação: contribuição ao processo educativo na superação da injustiça alimentar no Brasil | Farina & Machado

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice. B. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. *In: **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais.* Belo Horizonte: Autêntica, 2005.